



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ-UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-FECAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

DISCENTE: HELYANARA FERNANDA MARANHÃO DE SOUSA
ORIENTADORA: MARIA CÉLIA VIEIRA DA SILVA

CONCEPÇÕES DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS CONCLUINTE
DO ENSINO MÉDIO DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOÃO DO ARAGUAIA - PA

MARABÁ - PA

2022

HELYANARA FERNANDA MARANHÃO DE SOUSA

**CONCEPÇÕES DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DE JOVENS CONCLUINTES
DO ENSINO MÉDIO NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrária e da Natureza.

Orientadora: Prof.^a. Me. Maria Célia Vieira da Silva

MARABÁ – PA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Taurizinho

S725c Sousa, Helyanara Fernanda Maranhão de
Concepções de trabalho na perspectiva dos jovens
concluintes do ensino médio do Assentamento 1 de março no
Município de São João do Araguaia - PA / Helyanara Fernanda
Maranhão de Sousa. — 2022.
36 f.

Orientador(a): Maria Célia Vieira da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas,
Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena
em Educação do Campo, Marabá, 2022.

1. Juventude rural - São João do Araguaia (PA) - Aspectos
sociais. 2. Educação rural. 3. Ensino Médio. 4. Assentamentos
humanos. I. Silva, Maria Célia Vieira da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 305.235098115

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

HELYANARA FERNANDA MARANHÃO DE SOUSA

**CONCEPÇÕES DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DE JOVENS CONCLUINTES
DO ENSINO MÉDIO NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrária e da Natureza.

Banca Examinadora: março de 2022

Prof.^a. Me. Maria Célia Vieira da Silva (Orientadora)
FECAMPO/ICH/UNIFESSPA

Prof.^a. Dra. Maura Pereira dos Anjos (Examinadora)
FECAMPO/ICH/UNIFESSPA

Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz (Examinador)
FECAMPO/ICH/UNIFESSPA

MARABÁ – PA

2022

Dedico este trabalho... *In*
memória do meu pai João Ferreira
e meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar a enfrentar todos os obstáculos enfrentados ao longo do curso.

A minha mãe Simone por sempre ter incentivado e acreditado em mim, ao meu esposo Maurício por acreditar em mim, na minha capacidade, de sempre me ajudar a encarar meus medos, obrigada pelo seu amor e companheirismo.

Agradecer todos os meus familiares pelo apoio. Agradecer também meus professores, em especial a minha orientadora Maria Célia Vieira da Silva por não desistir de mim, pela sua paciência para comigo e aos meus colegas de curso em especial Maria Talita Vale da Silva, pelos momentos de descontração e sua sincera amizade, uma amizade que levarei pra sempre comigo.

Meu muito obrigado a todos vocês.

RESUMO

Discute-se sobre Concepções de Trabalho na Perspectiva dos Jovens Concluintes do Ensino Médio do Assentamento 1º de Março no município de São João do Araguaia – PA. A Metodologia se deu através de uma abordagem qualitativa com 04 (quatro) jovens do PA 1º de Março. Analisando as concepções das jovens concluintes do ensino médio em relação ao trabalho vê-se que a compreensão de trabalho que apresentam está relacionada com a vida no dia a dia, ao trabalho realizado por suas famílias. Sendo, portanto, o trabalho no campo que se relaciona com a terra nas plantações e criações voltadas a manutenção da família e geração de renda. Vê-se ainda que o trabalho no campo apresentado pelas jovens é marcado por tensões, ora compreendido como trabalho pesado, ajuda e apesar de envolver a participação das jovens não é considerado profissão a ser seguida por elas. As jovens demonstraram perspectivas em adquirir uma formação para a inserção em outros espaços de trabalho. Estas perspectivas buscam se relacionar de alguma forma para contribuir com a unidade produtiva familiar. A pesquisa reforça a necessidade de elaboração de políticas públicas mais eficazes que garantam ao jovem acesso à saúde e educação de boa qualidade, melhor condições de trabalho e formação no campo, além de infraestrutura para lazer e cultura. Essas ações poderão melhorar a qualidade de vida no campo, e conseqüentemente, aumentam as perspectivas dos jovens em permanecerem vivendo no campo.

Palavras-chaves: Jovens rurais. Trabalho no campo. Ensino Médio. Educação do Campo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2.1 RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO DO JOVEM AGRICULTOR.....	13
2.2 ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO: CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DA PESQUISA.....	15
2.3 BREVE HISTÓRICO DA E.M.E.F. EDUCAR PARA CRESCER.....	16
3. CAMINHOS DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS INSERIDOS NA PESQUISA.....	18
4.2 SITUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO A MORADIA, OCUPAÇÃO E RENDA.....	19
4.3 TRABALHO E CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO NO CAMPO.....	22
4.4 IMPLICAÇÕES DO ENSINO MÉDIO NA CONCEPÇÃO DE TRABALHO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute sobre Concepções de Trabalho na Perspectiva dos Jovens Concluintes do Ensino Médio do Assentamento 1º de Março no município de São João do Araguaia – PA por entender que o jovem do campo precisa ter acesso à educação para sua formação humana, cidadã e profissional.

A pesquisa de cunho bibliográfico e de campo é resultado de minha inserção nas atividades obrigatórias do curso de Licenciatura em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), no período de 2014-2018. Compreende-se o papel do educador e sua prática docente pautado em um currículo e a relação da escola com a comunidade deve contribuir para formação deste estudante, a partir de uma educação que sirva para a vida, ao mesmo tempo, perceber quais as perspectivas que atenda as especificidades dos sujeitos que compõem a escola do campo.

No que se refere à relação da pesquisadora com o objeto deste estudo, vale destacar que resido e cursei o ensino médio no referido assentamento o que facilitou o contato com os jovens inseridos na pesquisa, mas também trouxe dificuldades para olhar de forma crítica para alguns fatos e acontecimentos da vida cotidiana do assentamento.

Sendo assim, elencou-se a problemática da pesquisa: Quais as concepções e perspectivas de jovens do campo em relação ao trabalho no Assentamento 1º de Março, município de São João do Araguaia– PA?

A pesquisa se justifica para conhecer concepções e perspectivas em relação ao trabalho de jovens que concluíram o ensino médio na escola do assentamento e analisar fatores sociais, econômicos e culturais que afetam sua relação com o trabalho dos jovens agricultores, contribuindo no campo de pesquisas sobre a temática na região.

Nesta perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as concepções de jovens do campo em relação ao trabalho e conclusão do ensino médio no Assentamento 1º de Março no município de São João do Araguaia– PA e suas possíveis implicações na permanência ou saída dos jovens no assentamento. Específicos: a) Discutir sobre a concepção de trabalho e juventude no campo considerando ainda especificidades presentes no assentamento 1º de Março; b) Caracterizar os jovens do assentamento 1º de Março, concluintes do ensino médio, problematizando a concepção de trabalho que apresentam e as possíveis influências do ensino médio nessa concepção; c) Refletir sobre que tensões se apresentam na relação juventude-trabalho no campo, suas implicações e possibilidades se apresentam a partir da pesquisa para se repensar a relação juventude-trabalho no campo. Assim, organizamos o trabalho de modo

que primeiro abordamos as questões teórico-metodológicas (itens 2 e 3) e após, abordamos os resultados e discussão da pesquisa (item 4).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As dificuldades encontradas na vida dos jovens das áreas rurais tanto no trabalho quanto na continuidade e conclusão dos estudos, em geral, resultam de inúmeros fatores como ausência de política de reforma agrária no país, precárias condições de infraestrutura a qual estão submetidos os assentamentos rurais, bem como, demais territórios dos povos do campo desassistidos de políticas públicas. Essas dificuldades se apresentam no cotidiano das famílias agricultoras e das novas gerações. Como bem destacam Spanevello e Vela:

Quando o jovem passa a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural, em relação aos deveres como agricultor seja ele produtivo, econômico ou social, ele passa a visualizar e sentir as dificuldades que a agricultura familiar tem encontrado ao longo dos anos, em relação à dificuldade de crédito, assistência técnica, etc. A partir do momento que ele se envolve com esses problemas o seu desenvolvimento pessoal se torna mais difícil, pois é nessa fase da vida que eles estão planejando a realização de seus projetos pessoais que muitas vezes são interrompidos pelas condições que o núcleo familiar se encontra (SPANEVERELLO; VELA, 2003, p. 15).

Neste trabalho, parte-se da compreensão ampla de trabalho conforme apresentado por Frigotto *et. al.*,

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (FRIGOTTO *et. al.*, 2004, p. 3).

Os autores destacam que o ser humano se constitui e educa pelo trabalho:

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo” (FRIGOTTO *et. al.*, 2004, p. 2).

Apesar disso, vê-se que nem sempre se dispõe das condições para realização do trabalho, em especial, quando se considera a situação dos jovens do campo, o que reforça uma visão negativa sobre o trabalho no campo. A necessidade de alternativas é evidente, o jovem do campo precisa de apoio e incentivos para que possa continuar no campo. Se considerarmos a realidade de São João do Araguaia, atualmente ainda existem inúmeras dificuldades, apesar de algumas melhorias com abertura de estradas e vicinais, e já existe carro quase todos os dias para transportar os produtos produzidos nas lavouras das famílias agricultoras.

Os problemas influenciados por diversos fatores em muitas situações dificultam a vida dos agricultores familiares em diferentes regiões do país (REDIN, 2013), e impactam diretamente a vida das novas gerações. Nesta perspectiva, tem-se a necessidade pela consolidação dos direitos dos trabalhadores em relação à terra, educação, trabalho e geração de renda.

No artigo intitulado “Concepções de mudanças no mundo do trabalho e ensino médio”, Frigotto (s/d, p. 2) destaca a “centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagens e símbolos, o mundo como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades”, ou seja, a busca por um futuro melhor do jovem do campo por uma profissão, pela continuidade dos estudos, pelo lazer, dentre outros motiva o indivíduo a buscar mudanças que podem contribuir em sua formação ou não?

Caldart (2002) e Fernandes (2011) sinalizam a importância da educação como formação humana que considera que os sujeitos escolarizados e informados têm mais condições de reorganizar o próprio campo. Mas também defendem que não se trata de qualquer educação, deve-se pensar na educação, formando sujeitos capacitados a desenvolver habilidades, questionar e reorganizar conhecimentos e saberes. Uma educação que forme sujeitos atentos ao movimento do seu próprio pensamento e ao movimento do assentamento e do mundo, como também destaca Arroyo:

Está sendo construída a Educação do Campo porque há exatamente um movimento social acontecendo, até porque a escola se vincula ao mundo da produção, mas se vincula, sobretudo, aos processos culturais inerentes aos processos produtivos e sociais. Vincula-se, portanto, as mudanças culturais que o movimento social provoca (ARROYO *et. al.*, 2004, p. 5).

É indiscutível a importância da agricultura familiar como na manutenção e reprodução dos grupos familiares que a compõe e para a economia local e regional por contribuir no

fornecimento de alimentos. Dentre os sujeitos que compõe a agricultura familiar, os jovens são elementos fundamentais.

Os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população e em áreas rurais vivem 5,9 milhões de jovens. Os dados apontam que apenas 17,3% dos jovens brasileiros moram em áreas rurais, indicando que cada vez mais este grupo social tem trocado o campo pela cidade. Um elemento observado se refere ao aspecto geracional das unidades produtivas familiares e a continuidade da memória acerca dos conhecimentos construídos historicamente pelos camponeses na sua relação com a natureza, em especial no que tange ao domínio da produção de alimentos (IBGE, 2000, p. 3).

Cada vez mais os jovens têm saído do campo para a cidade. Este fato traz uma preocupação em relação ao futuro dos jovens de áreas rurais, tais como, o crescimento populacional das cidades, o enfraquecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos, entre outras questões.

Atualmente, a agricultura familiar se apresenta como uma possibilidade alternativa de desenvolvimento para o meio rural, na qual pode contribuir para diminuição da miséria, as desigualdades sociais e econômicas, e as formas de exploração dos recursos naturais, bem como, tornar-se mais resistente aos grandes mercados e mais eficiente quanto a sua produtividade (CARVALHO *et. al.*, 2009).

Contraditoriamente, prevalece uma desvalorização da vida no campo e supervalorização da vida na cidade, apresentada com a promessa de um futuro melhor, onde se encontram as oportunidades de trabalho e melhoria de vida.

No Brasil, as estatísticas do meio rural, elaboradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e publicadas pelo MDA (2008), indicam que entre os anos 1950 e 2006 a população rural sofreu um decréscimo de mais de 47%, sendo que mais da metade desse percentual pode ser observada entre 1980 e 2000. Merece destaque a falta de interesse dos jovens das áreas rurais pela vida “no campo” (DOTTO, 2011, p. 3).

Para Brumer (2007), a migração dos jovens de áreas rurais para as cidades é motivada por dois fatores, impulsionadores da migração no meio rural: os atrativos da vida rural (fatores de atração) e as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão), expressando que,

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação.

Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os “ruralistas” predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, p. 3).

Os dilemas de ficar e contribuir com a unidade produtiva familiar ou deixar para trás seu modo de vida e as relações sociais construídas em busca de adquirir uma formação para a inserção no mercado de trabalho não pode ser considerada escolha, mas imposição.

Considerando que os jovens das áreas rurais, em geral, começam a participar das atividades realizadas na unidade produtiva familiar muito cedo, a faixa etária expressa os conflitos e tensões sobre a manutenção de determinado modo de vida, negando ou reafirmando a tradição cultural que lhe foi transmitida através do processo de socialização. O futuro da agricultura familiar passa pela visão que os jovens têm sobre seu próprio futuro, a partir das avaliações e representações que elaboram sobre o universo rural e urbano e sobre o trabalho agrícola e não agrícola (CORADINI, 2015).

As dificuldades encontradas pelos jovens de áreas rurais no que se refere ao acesso a terra provocam a falta de estímulo para a continuidade da vida no campo, visto existir uma busca pela independência financeira, através do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na unidade produtiva familiar com seus pais (CARVALHO *et. al.*, 2009).

Em alguns casos os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho “colocar o roçado” e tentar obter algum lucro naquela terra. Quando o jovem assume responsabilidades dentro da unidade produtiva familiar, passa a visualizar e sentir as dificuldades que a atividade vinculada à agricultura tem encontrado ao longo dos anos, no que tange ao acesso ao crédito, assistência técnica, etc. A partir do momento que ele se envolve com esses problemas o seu desenvolvimento pessoal se torna mais difícil, pois é nessa fase da vida que eles estão planejando a realização de seus projetos pessoais que muitas vezes são interrompidos pelas condições que o núcleo familiar se encontra (SPANEVERELLO; VELA, 2003).

2.1 Relação educação e trabalho de jovens do campo

A educação no campo é o resultado das conquistas de lutas de classes sociais que possibilitaram a garantia do direito à educação, entretanto, sabe-se que as dificuldades e desafios surgiram ao longo de sua história.

Há uma determinada concepção de educação que tem sustentado as lutas da Educação do Campo e está presente nos diferentes eixos. Seu vínculo originário, que se constitui pelas determinações do seu nascimento no eixo campo (tomada de posição pelos movimentos sociais dos trabalhadores Sem Terra, pela agricultura camponesa...), é com o que tem sido chamado de “Pedagogia do Movimento”, formulação teórica constituída desde a pedagogia do MST (sua base empírica e reflexiva imediata), por sua vez herdeira das práticas e reflexões da pedagogia do oprimido e da pedagogia socialista, e mais amplamente de uma concepção de educação e de formação humanas de base materialista, histórica e dialética. Herança que é fundamento, continuidade, recriação desde a sua materialidade específica e os desafios do seu tempo (CALDART, *et. al.*, 2011, p. 10).

A Educação do campo enquanto produção e conquista de diversas lutas sociais e tem ensinado que é preciso que as propostas pedagógicas devam considerar a realidade, a necessidade e os interesses do no/do campo, ou seja, “no: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação; vinculada à sua luta, cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (KOLLING *et. al.*, 2002, p. 26).

Neste sentido, compreende-se que a educação deve estar entrelaçada a processos de formação do sujeito e de transformação do contexto social em que está inserido.

Nesse tempo da vida, os jovens têm sonhos, desejos e expectativas e, portanto é compreensível encontrar-se indeciso no que deseja para sua vida, até mesmo porque ainda não adquiriu maturidade suficiente para decidir sobre o que realmente quer para o seu futuro.

Para a superação das noções distorcidas que se têm sobre os camponeses, considerando-os como ignorantes, ingênuos, povo pacífico e sem conflitos, representantes do atraso, por isso à margem da sociedade. Devemos perceber que os sujeitos do campo são povos de diferentes culturas, que têm seus conflitos e buscam construir sua identidade enquanto grupo sem desconsiderar as identidades individuais. É imprescindível, para desenvolver a Educação do Campo nessa perspectiva, a reflexão sobre quem são os educandos e educandas (também os educadores), considerando-os mediante suas situações existenciais concretas: social, econômica, política e sua faixa etária (ARAÚJO; ALVES, 2011, p. 5).

Para que os desafios e dificuldades sejam trabalhados é preciso que se busque desenvolver uma educação do campo na perspectiva transformadora, como ressalta Paulo Freire (1987), que o sujeito seja envolvido e valorizado para que o ensino venha se tornar democrático, significativo e concreto.

A especificidade da Educação do Campo é reconhecida pela especificidade do campo, pois está presente na vivência dos povos do campo por se constituir e ser proposta desses povos.

A educação do campo, em todas as suas modalidades, necessita ser assumida por todos, não só pelos que fazem o projeto, mas também, pelo Estado e

poderes locais para que se possa construir e fortalecer a Educação do Campo de Jovens e Adultos como um sistema público (ARROYO *et. al.*, 2004, p. 10).

São desafios a serem discutidos, mediados e trabalhados por todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar no campo, no entanto, cabe ao Estado fortalecer as ações e propostas que atendam às reais necessidades dos estudantes.

Saviani (1989 apud Frigotto *et. al.*, 2004) afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto.

A educação do campo é diferenciada, é específica, no entanto não é adversária das escolas da cidade. Faz-se necessário que as práticas propostas valorizem os saberes e experiências dos estudantes do/no campo, assim suas particularidades devem ser compreendidas e as práticas devem ser contextualizadas considerando a vivência social, do trabalho, os costumes, a religião, os gostos, entre outros.

Vale ressaltar, o planejamento no contexto das políticas educacionais é preciso elencar estratégias, não apenas no quantitativo, mas num ideário de educação que vincule o jovem do campo aos processos sociais de seu contexto “uma vez que todo o desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2002, p. 55).

Não é possível visualizar uma proposta de educação básica do campo que não esteja ligada a um projeto popular de educação e desenvolvimento para o país, ampliando assim, o leque de debates acerca dos problemas existentes no meio rural, os jovens têm se deslocados para a cidade devida não poderem concluir o ensino médio em seu local de moradia, resultante da ausência deste nível de formação.

2.2 Assentamento 1º de Março: Contextualizando o cenário da pesquisa

A educação do campo é constituída pela formação e história de diversos projetos de assentamento no território brasileiro, o território paraense é um desses contextos que abrigaram e continuam abrigando famílias oriundas de tantas outras regiões.

A história do Assentamento 1º de Março surge através da luta pela terra realizada por famílias que chegaram à região em busca de melhores condições de vida sob a orientação de movimentos sociais, entre eles o Movimento Sem Terra – MST.

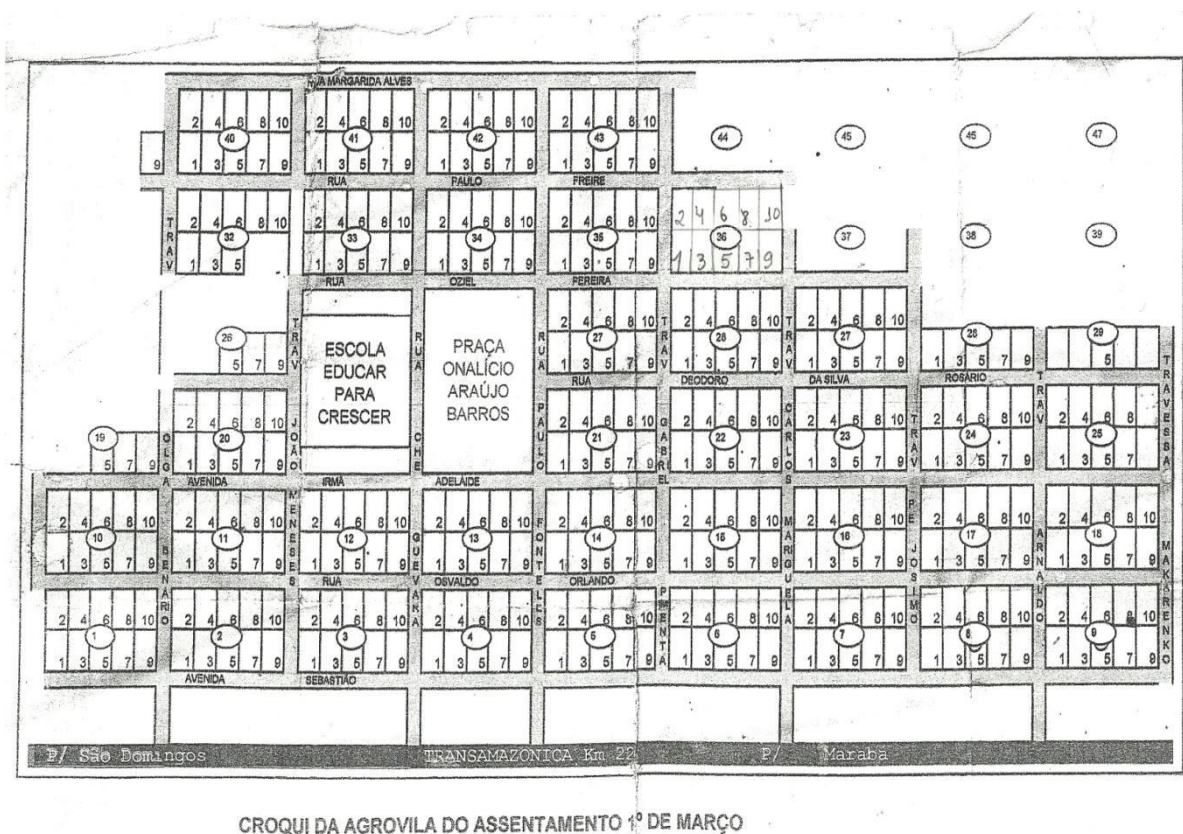


Figura 1 – Assentamento 1º de Março.
FONTE: APROCTRAM

Sua localização fica no sudeste paraense, às margens da rodovia Transamazônica, a altura do km 34 do município de São João do Araguaia – PA, com área corresponde a 11.049,58 ha, distribuídos em 340 lotes. Esses lotes têm entre 25 a 31 ha, dos quais 95. 1085 destinados à agrovila e com área de preservação ambiental 946, 6289 ha. O assentamento possui 2.250 habitantes, dos quais 307 estão cadastrados em RB e 338 apenas residem e possui o lote de casa na agrovila.

O Projeto de Assentamento 1º de Março passou a ser reconhecido pelo INCRA através do processo de lutas que culminou com a conquista da terra por cada família ali assentada. O PA é constituído efetivamente, ou seja, legalizado conforme portaria do INCRA nº 041/1998 com aproximadamente 350 famílias cadastradas e associadas na APROCTRAM.

Esse processo de lutas e conquistas é detalhado nos estudos de Silva (2008):

- 1) Cadastro das famílias em Marabá seguido de acampamento na Agrópolis do INCRA/SR-27;
- 2) Ocupação do INCRA/SR-27 para reivindicar e agilizar as negociações do imóvel;
- 3) Marcha até o Assentamento Araras para acampar na divisa da Fazenda Pastoriza e mobilizar a imprensa;
- 4) Acampamento na Fazenda Pastoriza para sensibilizar, pressionar e agilizar o processo de negociações;
- 5) Divisão da terra em lotes;
- 6) Consolidação das negociações e criação do Projeto do Assentamento.

Verifica-se que foram seis etapas fundamentais para a conquista do território e direitos constituídos e consolidação do Projeto de Assentamento foi a principal conquista alcançada pela associação. Em maio de 1999 houve os sorteios e as demarcações dos lotes, e a transferência do acampamento para as margens da rodovia, e ainda em 1999 o ensino médio foi instituído na Escola Educar para Crescer, na comunidade.

A história do Projeto de Assentamento 1º de Março é reconhecida como uma das importantes lutas pela educação do campo, a luta pela terra, pelos direitos sociais do indivíduo entre outros. A Escola Municipal Educar para Crescer foi implementada sob fortes reivindicações durante o processo de lutas pelo território (SILVA, 2008).

No ano de 2000 os assentados receberam os créditos de habitação, o poço artesiano e o PRONAF A, dois anos após a escola presente no assentamento foi municipalizada, e no ano seguinte a comunidade foi contemplada com a construção do prédio atual da escola Educar para Crescer (SILVA, 2008).

2.3 Breve Histórico da E.M.E.F. Educar para Crescer

A importância da organização do assentamento perpassa pela necessidade da escola por ser uma das principais instituições sociais de formação do indivíduo, por isso desde a criação da Escola Municipal Educar para Crescer os diversos setores existentes no Projeto de Assentamento 1º de Março é impulsionado e as divisões são evidentes desde a constituição familiar aos demais setores.

A Escola Municipal Educar para Crescer oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos atende aproximadamente 720 alunos regularmente matriculados em três turnos. A creche nunca possuiu estrutura própria, seus

serviços são executados em um barracão da Igreja Adventista do sétimo dia que é alugado pela prefeitura para atender crianças de 3 a 6 anos.

No que diz respeito à estrutura da instituição escolar possui 08 (oito) salas de aulas, 01 (uma) sala de direção, 01 (uma) sala de professores, 01 (um) laboratório de informática, que está inativo por falta de computadores, 01 (uma) sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), 01 (uma) cozinha, 01 (uma) sala de leitura, 04 (quatro) banheiros (com divisórias masculinas e femininas), 01 (um) pátio coberto. O quadro funcional conta com 59 (cinquenta e nove) funcionários, dos quais 15 (quinze) são professores todos licenciados em áreas a fins de educação.

A consolidação do Assentamento 1º de Março foi uma conquista fundamental para cada família ali cadastrada na associação, a criação da Escola Educar para Crescer entre outras instituições importantes no acampamento fortaleceria a parceria de cada indivíduo que acreditava na luta de classe e dos movimentos sociais.

No dia 15 de Junho de 1998 o Assentamento 1º de Março passou a ser Projeto de Assentamento, neste mesmo ano a escola Educar para Crescer foi registrada de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e no ano seguinte passou a atender de 1ª a 8ª série. Em 2014 o governo federal começou a obra de uma unidade básica de saúde e de outra escola, que possivelmente funcione apenas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

3. CAMINHOS DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa envolvendo jovens concluintes do ensino médio foi orientada pela abordagem qualitativa. Minayo (2008, p. 58) considera que:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...] Esse tipo de método permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

Como procedimento metodológico, a pesquisa de campo e a revisão de literatura foram etapas que se entrecruzaram no processo da pesquisa. Uma vez definido o foco da pesquisa, e observando os elementos da realidade social através de visitas e observações em sala de aula, sentia-se a necessidade de delimitar o referencial teórico capaz de auxiliar na compreensão dos fenômenos observados. Para Severino (2007, p.123).

Na pesquisa de campo, objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Por meio da revisão literária procurou-se compreender a temática, desse estudo, para um maior conhecimento acerca dos desafios e perspectivas da escola do campo analisando os fatores sociais, e culturais que afetam o processo de desenvolvimento do ensino. Para a realização da pesquisa foram utilizados dois instrumentos metodológicos importantes: a observação direta e entrevistas com 04¹ (quatro) jovens da escola. Para assegurar a identidade das jovens entrevistadas, terão as seguintes identificações: **A1, A2, A3, A4**. O principal critério utilizado foi ser recém concluinte do ensino médio (turma a qual havia realizado o estágio docência) e disponibilidade em participar da pesquisa através de entrevista.

Os procedimentos para realização nesta pesquisa foram: delimitação do tema, escolha do lócus de pesquisa e levantamento bibliográfico inicial para compor fichamentos; elaboração dos instrumentos metodológicos (roteiro estruturado) para entrevistas; realização de entrevistas no período de agosto a setembro de 2019, conforme disponibilidade de cada jovem; tabulação, tratamento e análises dos dados; revisão de todos os dados e informações, digitação e finalização deste trabalho de conclusão de curso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos sujeitos inseridos na pesquisa

Os quatro jovens inseridos na pesquisa são do sexo feminino, com idade entre 19 a 25 anos. Sendo que duas delas nasceram em Marabá – PA (A1 e A2), uma nasceu em Governador Valadares – MG (A3) e uma nasceu em Brejo de Inapurus – MA (A4).

Dentre as jovens, duas (A1 e A2) se autodeclararam solteiras, uma (A3) é casada e uma (A4) informou ter união estável. As jovens informaram não ter filhos.

Apesar da diversidade de situações, opta-se neste trabalho pela utilização do termo jovem, concordando com as considerações de Castro,

¹ Inicialmente, havíamos feito contato com sete jovens concluintes da turma, no entanto, houve desistência de três. Coincidentemente, os três rapazes. Devido contexto da pandemia de Covid 19, dentre outros contratemplos, não foi possível contatar outros jovens para substituir estes selecionados ainda durante as atividades de estágio docência junto à turma que estava na conclusão do ensino médio.

Mas, a categoria “jovem” é acionada em outros contextos. Os que são identificados como jovem e mesmo alguns que não são assim classificados, também usam o termo para se auto definirem e atuam em outros espaços fora do assentamento e demais áreas rurais estudadas, como nos grupos de jovens das igrejas (católicas e evangélicas) (CASTRO, 2005, p. 22).

4.2 Situação dos entrevistados quanto a moradia, ocupação e renda

Os jovens inseridos na pesquisa e que residem no Projeto de Assentamento 1º de Março e estudaram na Escola Municipal Educar para Crescer demonstraram que têm sonhos, desejos e expectativas e, portanto, é compreensível encontrar-se indecisos no que desejam para sua vida, até mesmo porque ainda não adquiriram maturidade suficiente para decidir sobre o que realmente quer para o seu futuro.

Dentre os aspectos que caracterizam os jovens inseridos na pesquisa destaca-se o fato de serem filhos de agricultores, ex-garimpeiros, posseiros, entre outros migrantes, que constituíram o campesinato nessa região sudeste paraense.

É possível afirmar ainda que, muitos dos jovens que residem no Assentamento, concluintes do ensino médio, precisam dar continuidade aos estudos, mas nem todas as famílias dispõem de condições para isso. Entende-se, o trabalho e o estudo são partes das condições e da socialização camponesa. Desta forma, muitos trabalham informalmente, outros continuam ajudando na agricultura familiar entre outras ocupações.

Existem perspectivas na transformação do contexto social tanto por parte dos jovens que anseiam concluir seus estudos. Alguns pretendem ficar por se identificarem com o trabalho na agricultura; outros têm a expectativa de migrar para a cidade mais próxima do Assentamento (Marabá) para cursar o nível superior e adquirir outra profissão.

Dentre as entrevistadas, buscou-se investigar moradia, renda familiar e ocupação atualmente, a saber.

Quadro 1 - Situação quanto à moradia, ocupação e renda

SUJEITOS	MORA ATUALMENTE	SITUAÇÃO DE SUA MORADIA	RENDA DA FAMÍLIA	OCUPAÇÃO ATUALMENTE
A1	Assentamento 1º de março.	Casa própria. Moro com meus pais	Menos que 1 salário mínimo.	Cuidadora na vila.
A2	Marabá	Casa própria.	Menos que 1 salário.	Trabalho cuidando de um bebê.

A3	Assentamento 1º de março.	Casa alugada.	Menos que 1 salário.	Fotógrafa no Assentamento 1º de março. Cursando licenciatura em Pedagogia e Música.
A4	Assentamento 1º de março.	Casa própria.	Menos que 1 salário.	Trabalhando como babá

Fonte: Pesquisa de campo, Setembro/2019.

Analisando o quadro 1 verificou-se que as quatro jovens entrevistadas declararam ter renda mensal inferior a um salário-mínimo, atualmente apenas A2 reside em Marabá – PA, as demais no PA 1º de Março. No que se refere à moradia apenas A3 declarou morar de aluguel e A1, A2 e A4 informaram ter casa própria. Com relação à ocupação que desempenham atualmente, apenas A3 é fotógrafa (autônoma) e está cursando duas licenciaturas Pedagogia e Música, a principal atividade desenvolvida pelas demais é cuidadora de bebês e domésticas.

Ao perguntar às jovens sobre qual trabalho realizado pela sua família e se participa desse trabalho vê-se de modo expressivo o trabalho na agricultura que pode se articular com outras atividades pontuais (escavação de poço artesiano, produção e vendas de pão caseiro, serviços gerais):

A1: Meus pais trabalham com horta, e meu pai trabalha cavando poço manual, eu ajudo eles na horta que a gente tem aqui mesmo na vila fundo de quintal, água, tiro mato, faço a limpeza da horta, ajudo a vender.

A2: Minha família trabalha na zona rural, em uma roça onde eles plantam vários alimentos para sustento da família mesmo, e é um modo que eles acharam pra conseguir um dinheiro extra, mas não participo desse trabalho não, porque ir pra roça é muito desgastante. (risos) e eu optei por ir embora para Marabá. A vida na zona rural é difícil. Não tem muita opção.

A3: Bom, atualmente minha família trabalha com duas coisas que é com poço artesiano, meu pai mexe com poços, e a minha mãe vende pão caseiro, ajudo na divulgação do trabalho dela nas redes sociais, como grupos de whatsapp E Facebook. (Risos) Só isso mesmo.

A4: Meus pais trabalham na roça, minha mãe vende pastéis e meu marido é mecânico, como moro ao lado da casa dos meus pais sempre que posso ajudo minha mãe. Meu pai que trabalha mais na roça, corta juquirá, queima, planta, colhe, eu não ajudo porque tenho o meu trabalho e então não tem como, se bem que é muito desgastante trabalhar na roça.

Ao comentarem sobre sua rotina, o que fazem no dia a dia, as jovens concluintes do ensino médio se revezam entre o trabalho na agricultura, o trabalho doméstico, trabalho fora do lote e o estudo. Chama atenção o fato de a expressiva maioria ter buscado formas de

continuidade dos estudos seja através de cursos de nível superior ou cursos livres. Outro aspecto é que, em geral, a entrada numa universidade pública nem sempre está acessível a esses jovens.

A1: De manhã eu vou pra horta molhar a horta, à tarde eu faço as coisas dentro de casa, aí de tardezinha eu volto pra horta e nos finais de semana eu só estudo, faço faculdade de pedagogia. [Minha faculdade] É aqui mesmo dentro do assentamento, dia de sábado a cada 15 dias.

A2: Minha rotina é trabalhar o dia inteiro, faço curso de operadora de caixa a noite e aos finais de semana curto a folga na casa dos meus pais, lá na roça.

A3: Bom, minha rotina é bem cansativa, porque além de estudar eu trabalho! Faço duas faculdades, sou fotógrafa como falei e também mexo com decoração de pequenas festas e dou aula nas quinta feira, dou aula de reforço.

A4: Minha rotina é trabalhar e ficar em casa na minha folga, eu passo o dia cuidando de um bebê, e na minha folga fico em casa cuidando das minhas coisas.

Nesta perspectiva, a rotina das jovens entrevistadas evidencia demandas por geração de renda, seja no trabalho na agricultura familiar ou atividades fora do lote. É fato que nem todas consideram o trabalho na agricultura como profissão, o que justifica também o anseio em buscar se realizarem profissionalmente em outras ocupações.

Considerando os relatos das jovens entrevistadas, identificou-se que apenas A2 não trabalha na agricultura, optou em buscar alternativas de trabalho em Marabá – PA. O que recorda a reflexão feita por Castro ao refletir sobre a situação de jovens que desenvolvem atividades fora do assentamento:

Muitas reclamações sobre a saída dos jovens referem-se especificamente a esses jovens. Acompanhando esse “grupo”, observei que de fato muitos moram fora do assentamento, mas algumas redes formadas por eles permanecem e incorporaram outros jovens. Também novas redes foram formadas pelos que ficaram e por outros que não faziam parte desses “grupos” (CASTRO, 2005, p. 23).

Os jovens que vivem no campo, geralmente, começam a participar das atividades realizadas na propriedade rural muito cedo, como também foi observado por Coradini (2015):

Os jovens das áreas rurais, em geral, começam a participar das atividades realizadas na unidade produtiva familiar muito cedo, a faixa etária expressa os conflitos e tensões sobre a manutenção de determinado modo de vida, negando ou reafirmando a tradição cultural que lhe foi transmitida através do processo de socialização (CORADINI, 2015, p. 5).

Nesse período acontece também um estreitamento das relações dos jovens com sua família onde eles começam a se inteirar da parte econômica e produtiva da propriedade, assim

como, passam a participar das dificuldades que existem nas atividades, muitas vezes, por eles realizadas (CARVALHO, *et. al.*, 2009).

Considerando que, a participação dos jovens no trabalho no campo se dá entrelaçado com processos de socialização, vale refletir sobre as concepções de trabalho que vão sendo construída na visão desses jovens, questão que deve ser considerada tanto na família como na escola.

4.3 Trabalho e Concepções sobre Trabalho no Campo

Buscou-se identificar o que as jovens concluintes do ensino médio entendiam sobre o trabalho no campo. As narrativas relacionam o trabalho no campo com a sua intrínseca relação com a terra e a produção de alimentos; geração de renda e garantia do sustento da família; além da produção para comercialização.

A1: Trabalho no campo é tudo aquilo voltado para campo, desde que você plante um pezinho de árvore até uma grande fazenda de grandes plantações porque é que traz benefícios para toda família, gera renda com trabalho no campo que é sustentado muito mercado da cidade, por exemplo, vem tudo do campo.

A2: Não entendo muita coisa sobre trabalho no campo, acredito que se dá de várias formas maneiras, uma delas é a forma como meus pais vivem trabalhando no lote plantando para sustentar a família e gera renda ao vender alguns produtos.

A3: Bom, quando eu penso em trabalho no campo sempre o que vem na maioria das vezes são plantações. Tipo a pessoa planta, vende, consome, assim eu sei que não é só isso que tem sabe. É o que a gente costuma ver dentro da vila as pessoas plantando tanto para consumo quanto para venda.

A4: Como eu te falei meu pai trabalha na roça, no campo, ele planta, colhe, tanto pra consumir em casa como pra vender, então é isso, porque ele está trabalhando derramando o suor dele ali na lavoura, isso é trabalhar no campo.

Identifica-se, as jovens apresentaram concepções de trabalho sucintas e evidentes haja vista ser uma rotina no Assentamento 1º de Março, todas as famílias desenvolvem atividades voltadas a plantações, criações, dentre outras para manutenção e geração de renda familiar. Além disso, muitos jovens envolveram-se na luta pela terra, pela educação, inserindo-se em processos de formação política.

Para a compreensão do trabalho no campo é necessário situá-lo no contexto do trabalho na sociedade atual. De modo que as contrações da sociedade mais ampla refletem nas relações

sociais das famílias, como a desigualdade geracional e de gênero. A questão do trabalho no campo, especialmente para as jovens também é marcado por contradições. A presença do trabalho temporário, diárias, ou mesmo ausência de outras fontes de geração de renda tem impactado diretamente os jovens que anseiam viver outras experiências de trabalho seja com a finalidade de dispor de alguma autonomia financeira, ou devido conflitos de gênero e geracionais, dentre outros (STROPOSOLAS, 2002).

Analisando as concepções das jovens concluintes do ensino médio em relação ao trabalho do campo apontam para dilemas do modo de vida e as relações sociais construídas considerando especialmente, as possibilidades de adquirir uma formação para a inserção em outros espaços de trabalho, ou ficar e contribuir com a unidade produtiva familiar.

Sendo assim, investigaram-se como as entrevistadas avaliam o trabalho no campo, a saber, destacam: reconhecimento de sua importância na produção de alimentos para o sustento da família e abastecimento local. Apesar disso, reconhecem que “às vezes não chega ser bom para o trabalhador está ali no sol quente” do trabalho, de modo que é um trabalho “cansativo”; reconhecem limites (infraestrutura, política de crédito) no processo produtivo, o que dificulta a comercialização da produção, como pode ser observado nas narrativas abaixo:

A1: De grande importância, pois o trabalho gera oportunidade, gera renda, mesmo não vendendo as coisas, mais plantando é, se tem o mantimento pra casa, pra família.

A2: (Risos) o trabalho no campo é uma maravilha para algumas pessoas, é algo bom, é útil para a mesa da população da cidade, pois eles se beneficiam do trabalho das pessoas da roça. Às vezes não chega ser bom para o trabalhador que está ali no sol quente trabalhando para vender barato que é o caso do processo da farinha, digo pelo que vejo o trabalho dos meus pais desde o plantar a mandioca até a parte final de vender, pois não temos transporte e temos que alugar um carro pra levar até Marabá, e assim vender bem barato.

A3: Assim como todos os outros é um trabalho honesto, trabalho muito digno e assim tudo o que a gente consome hoje em dia, basicamente tudo o que vem pra nossa mesa sai do campo. Eu vejo que é bastante cansativo, só que assim é de suma importância pra todos nós, além das famílias que mexem com isso, que trabalha com isso, tirar o sustento da família do trabalho no campo, sua renda desse trabalho, nos proporcionar um alimento de qualidade pra todos... Se não fosse esse trabalho, o alimento não chegaria a nossa mesa. Posso dizer que se não fosse o trabalho no campo na cidade estaria faltando diversos alimentos.

A4: É muito importante né, o campo que sustenta a mesa da área urbana, se não fosse os trabalhadores do campo as cidades iam pensar, faltando alimentação. Então vejo que é muito importante o que os agricultores fazem, é muito bom a gente chegar à feira e comprar os alimentos, verduras tudo fresquinhos.

Nas narrativas, chama ainda a atenção o fato de se referirem aos agricultores sem se reconhecerem como agricultoras (“o trabalho de meus pais” jovem A2; “as famílias que mexem com isso” – jovem A3), visto que apesar de fazer parte do trabalho de sua família a qual também participa de alguma forma, mas não é apresentada como atividade principal para essas jovens mulheres. Vê-se aí a tendência de assumirem outra atividade como principal referência de trabalho. Este achado da pesquisa se relaciona muito com estudos já realizados sobre jovens rurais considerando-se o recorte de gênero (STROPASOLAS, 2002).

Verifica-se que as entrevistadas avaliam o trabalho no campo fundamental porque gera renda, oportunidade de trabalho, auxilia na agricultura familiar, manutenção do jovem. Desse modo, demonstraram indispensável à relação do trabalho a educação e a necessidade do trabalho para sua sobrevivência. O que não se dá sem tensões.

Ao discutir sobre as perspectivas de jovens do campo e sua relação com trabalho remete às reflexões e causas do êxodo rural devido falta de oportunidade no assentamento. A precarização destacada por Marinho (2016) se encontra na escola, lazer, saúde e, principalmente porque nos assentamentos não têm oportunidades de emprego, além daqueles que já estão acostumados a realizar serviços informais ou na agricultura familiar.

Tem sido comum a associação e/ou até mesmo o condicionamento da permanência ou êxodo rural dos jovens - dependendo da perspectiva de análise - há questões estritamente ligadas a precarização das estruturas sociais (saúde, educação, lazer e outros) nas comunidades rurais, ou seja, como se o acesso às políticas sociais fosse o fator único desta determinação (MARINHO, 2016, p. 60).

A importância da educação como formação humana que considera que os sujeitos escolarizados e informados têm mais condições de reorganizar o próprio campo. Compreende-se a necessidade de uma escola com qualidade e boa estrutura para formação de jovens no Assentamento 1º de Março por diversos fatores tendo um valor fundamental na vida de toda comunidade.

4.4 Implicações do ensino médio na concepção de trabalho e perspectivas para o futuro

Entendem-se, as políticas públicas vinculadas à Educação do Campo, além de entender o Campo não só como um espaço geográfico, mas como um local de oportunidades para o desenvolvimento de um trabalho que vise à educação dos brasileiros que ali vivem, estuda e

trabalha. Nos estudos de Silva (2008) retrata a importância da organização social e acesso a educação básica no Assentamento 1º de Março:

O acesso à educação básica e a possibilidade de continuar os estudos em área próxima, como Marabá (PA), Araguatins (TO) em cursos técnico-profissionalizante (Agricultura) com base na filosofia da Pedagogia da Alternância (tempo escola, tempo comunidade) contribuem na permanência da família no Assentamento. Isto é dado favorável à melhoria da qualidade de vida e garantia alimentar, considerando que a escolaridade do trabalhador rural é um dos fatores que atua e facilita a compreensão e utilização de meios tecnológicos na agricultura, pois antes era difícil estudar (SILVA, 2008, p. 49).

Verifica-se que a demanda por escola no assentamento foi uma das principais pautas discutidas para que os jovens tivessem oportunidade de conclusão do ensino médio. O acúmulo produzido pelos movimentos sociais tem mostrado a necessidade de organização das instituições de ensino em outros formatos para possibilitar a participação dos jovens do campo, como se tem observado nas experiências organizadas com base na filosofia da Pedagogia da Alternância, cursos que priorizam o jovem agricultor e possibilitam mais articulação entre estudo e trabalho. Infelizmente, o ensino médio ofertado na comunidade ainda não incorporou em sua organização estes acúmulos. O que aponta a necessidade de novas pesquisas sobre esse aspecto.

Neste tópico, focamos, portanto, em identificar as concepções das entrevistadas em relação às implicações do ensino médio na concepção de trabalho que construíram.

4.4.1 O tema trabalho foi discutido no ensino médio? Caso sim, como?

Ao buscar entender, a partir das narrativas das jovens, se o tema trabalho foi discutido no ensino médio, as maiores das jovens afirmam que sim. E apontam dois focos de abordagem do tema trabalho: o primeiro (citado por três jovens: A1; A4 e A2) tratam da relação de trabalho nas empresas e processos de exploração da mão de obra dos trabalhadores; o segundo (citado por uma jovem) aborda necessidade de se preparar para ingressar no mercado de trabalho, vê-se, nesse caso a “pressão para a preparação para o ENEM, preocupação com as oportunidades que íamos ter” (jovem A3). Vê-se ainda nos relatos, ausência ou pouco ênfase de debates sobre o trabalho no campo:

A1: Sim, o professor citou sobre a mão de obra barata que as empresas contratavam as pessoas e mantinham como escravas sem condições necessárias.

A4: Sim, foi! Falando de mão de obra barata, das grandes indústrias, (risos).

A2: Sim, foi! Não lembro bem, mas lembro que foi falado sim alguma coisa sobre o trabalho em grandes empresas como plantações de soja, algodão. (Risos).

A3: Nós não focamos em trabalhos em si, sabe? Estudamos mais assim com um todo, mais mesmo a pressão para a preparação para o ENEM, preocupações com as oportunidades que íamos ter, em qual carreira íamos seguir, mais isso, foi como um todo, foi assim abordar esses temas como um todo, mais a gente teve uma aula onde cada um falou o que pretendia estudar, pra ser o que queria ser!

Igualmente, ao perguntar sobre quais as formas de trabalho mais evidenciadas, (apresentadas, discutidas, destacadas) em sala de aula, todas as narrativas reforçaram as considerações já apresentadas aqui.

A1: Os temas mais discutidos foram como falei, Mão de obra barata, que hoje em dia tão trocando muito né, a mão de obra por máquinas, que antigamente tinha mais serviços.

A2: Ah, alguns professores falaram sobre as multinacionais, grandes empresas, mão de obra barata, a falta de qualificação para um bom emprego.

A4: Para as pessoas trabalharem em serviço braçal digamos assim, porém foi surgindo muitas máquinas aí foi diminuindo a demanda de serviços para muitas pessoas.

A3: Sim, foi bastante discutido, principalmente no último ano do ensino médio, todo mundo se preparando para o ENEM, preocupado com o futuro, qual a oportunidade de emprego que vai surgir? Foi esse os debates que a gente teve na escola, em sala.

As narrativas não fazem menção sobre o trabalho no campo. O que pode expressar diferentes sentidos, pois se trata de narrativas e memórias das jovens que havia concluintes do ensino médio. É preciso que o ensino se torne interessante e significativo ao jovem para que sua permanência seja garantida, desse modo, faz-se necessário um currículo que valorize a realidade, necessidade e interesse dos jovens.

Por vezes, desqualificam-se algumas profissões e depreciam-se outras que nem passam a serem consideradas profissões, como é o caso dos trabalhadores rurais. Há uma naturalização dos aspectos que depreciam o trabalho no campo e ausência de debate sobre porque as condições de trabalho no campo apresentam tantos limites e desafios? Ou ainda, cria-se uma visão romantizada de que tem postos de trabalho o suficiente esperando os jovens terminar o ensino médio ou graduação, quando isso não é verdade. Como também, o próprio acesso ao ensino médio não é algo que está dado.

Os índices referentes ao Ensino Médio (EM) são esclarecedores quanto à necessidade de uma atenção especial da política pública para juventude do campo no Norte do país. Considerando-se os dados da faixa etária de 15 a 17 anos, apenas 12,9% ingressaram nesse nível de ensino. Na região Norte, de um contingente de 929.456 jovens nessa faixa etária, apenas 6.684 está no EM, ou seja, menos de 1%, o que evidencia a urgência de investimentos na escolarização de jovens do campo em nível de ensino fundamental e médio (INEP, 2007 apud MARINHO, 2016, p. 63).

Estes índices referentes ao ensino médio demonstram uma realidade crítica que deve ser levada em consideração pelos representantes do poder público para que o jovem do campo tenha seu direito garantido.

A situação da oferta do ensino médio nas comunidades rurais demonstra o grau de exclusão que o campo tem sido submetido, pois de acordo com o gráfico este nível de escolaridade está presente em aproximadamente 20% das escolas no Brasil e no Sudeste Paraense este valor chega apenas a 3% do total de escola (INEP, 2007), sobretudo, o reflexo desta política educacional tem influenciado diretamente a busca da juventude por formação, cujo destino tem sido os centros (MARINHO, 2016, p. 65).

Tal situação precisa ser alterada, afinal de contas o direito ao acesso à educação é garantido em lei, o grau de exclusão evidenciado nas estatísticas permite analisar que o jovem do campo terá dificuldade para acessar o ensino médio, como também, para conseguir um trabalho.

É preciso que seja proposto uma educação que possibilite a formação do jovem no campo visando capacitá-los a desenvolver-se plenamente, saber questionar o porquê das coisas. Na ausência dessa educação que muitos jovens deixam o campo e saem de suas casas, suas origens em busca de um futuro melhor, no entanto, será se na cidade será o melhor para o jovem do campo?

Percebe-se, que em relação ao trabalho, predomina a ideia de que a melhor opção é sair para cidade em busca de outras oportunidades tanto profissional quanto continuidade de sua formação, como pode ser observada nos relatos:

A1 e A4: O que a escola sempre deixou claro é que a gente precisa estudar, porque a demanda de trabalho hoje está menor e eles procuram qualificação, **aqui na vila dá pra morar, porém pra serviço é mais fraco, você tem que se deslocar do assentamento até a cidade grande em busca de melhorias, a não ser que você tenha um negócio próprio aqui dentro do assentamento.**

A2: Os professores chegam aqui e dizem: olha vocês estudam, não dá pra se viver aqui sem um emprego bom. Vocês se esforçam, porque hoje em dia o trabalho está difícil, **não dá pra se viver bem aqui dentro do assentamento,**

vocês têm que procurar melhorias na cidade. Concurso vai acabar então estudem meninos! O discurso deles quase sempre são esses (Risos).

A3: Eh... eu não cheguei no ensino médio com uma ideia formada do que eu queria seguir realmente, então foi um momento que percebi assim que eu... **Nossa, tô terminando meus estudos e eu tenho que começar a pensar no que eu vou querer seguir,** que eu vou fazer daqui pra frente, e aí eu já sai do ensino médio decidida assim, o que eu tiver oportunidade de fazer eu vou fazer e é o que eu tô fazendo agora!

Vê-se, portanto, que a concepção de trabalho abordada no ensino médio trouxe contribuiu para apontar algumas tendências como: a) naturalização da ideia de que o campo é atrasado, de que não dispõe das condições para os jovens se desenvolverem. E não se reflete o porquê dessa realidade no campo e que os limites que se apresentam não são naturais, próprios do campo, mas resultado de desigualdades sociais e falta de investimento nesses territórios; b) reforça a ideia de que trabalho como emprego e que o emprego fora do assentamento como única possibilidade, ainda mais se considerarmos a proximidade geográfica entre o assentamento e a cidade de Marabá enquanto referência política e econômica. Não se pode negar que o emprego fora do assentamento ora pode ser compreendido como estratégia imediata para posteriormente fortalecer os processos internos no assentamento, mas também pode representar a ruptura com o projeto de reprodução do campesinato; c) contribui para desmobilizar os sujeitos a se constituírem sujeitos coletivos e suas lutas para reivindicar melhorias no assentamento e, uma vez desmobilizadas, (a mobilização, luta não está mais no horizonte), passam a aspirar aos sonhos de outra classe.

A escola do meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. (...) o debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da educação no campo. (...) nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento (ARROYO *et. al.*, 2004, p. 10-11).

A partir da luta de movimentos populares, houve algum avanço no âmbito da legislação quanto a atender as especificidades das populações do campo, como afirma Lopes (2010, p. 167) “o ensino que cabe a escola oferecer aos jovens do campo, hoje, possui diversas maneiras dos quais está sistematizado e/ou legitimado pela oficialidade”, isto é, o direito adquirido a oferta de um ensino gratuito, democrático, significativo, real e possível.

O direito à educação é um dos principais direitos sociais do indivíduo garantidos na legislação vigente, desse modo, a oferta do ensino médio no Projeto de Assentamento 1º de Março é uma conquista também travada pelas lutas que constituíram a história dessa associação.

Mas sem a continuidade das lutas e reivindicações o direito assegurado na legislação torna-se letra morta.

4.4.4 Qual sua perspectiva para o futuro? (o que você pensa ou sonha para seu futuro?) (que profissão você deseja seguir? Por quê?)

Buscou-se ainda, identificar as perspectivas das jovens concluintes quanto ao futuro, sonhos e profissão que desejam seguir. Dentre as aspirações presentes nas narrativas, destaca-se o anseio pela continuidade do estudo em nível superior; melhores condições de vida quanto a moradia, transporte; e trabalho tanto para suprir as necessidades como para a realização humana, para além da realização pessoal e profissional.

A1 e A4: Ah pro meu futuro quero estar bem estabilizada, tô me formando em Pedagogia, pretendo atuar na área e ter uma casa própria, ter um automóvel, porque o que eles procuram hoje em dia é qualificação.

A2: Espero conseguir fazer uma faculdade de Direito, acho muito legal essa profissão, espero me dar bem na vida (hahaha). Quero ajudar minha família, meus irmãos, somos 6 irmãos apenas eu e o segundo terminamos o ensino médio. Os outros estão por aí, trabalham nas casas alheias, fazem juquirá, e não tem tempo ou sei lá, não querem estudar, eu não quero isso pra minha vida não! Por enquanto estou trabalhando como cuidadora, mas para agarrar as oportunidades que estou tendo que é fazer cursos no qual vou me qualificando para ir em busca dos meus sonhos.

A3: Eu sempre quis ser psicóloga, só que logo que terminei o ensino médio eu tive oportunidade de cursar Pedagogia que de início era uma coisa que eu não queria muito, só que aí quando eu entrei, eu me apaixonei bastante pela área. Tô gostando bastante e assim, eu sempre pensei assim mesmo que eu queira seguir uma área, se eu tiver a oportunidade de cursar outra eu vou fazer também, tanto é que uma das coisas que eu quero bastante é seguir no ramo da fotografia, que eu gosto bastante, assim, já trabalho com isso, só que eu não tenho uma especialização, um curso dessa área, eu também curso música e eu vou me formar no meio do ano que vem, vou me formar na pedagogia agora nesse final de ano. Então assim, eu quero ser várias de mim mesmas (Risos). Eu não quero focar só em uma coisa, eu quero focar em várias!

Analisando os relatos identifica-se que todas as jovens demonstraram perspectiva de mudanças de vida em relação ao trabalho, cursar ensino superior, ajudar suas famílias, dentre outras.

Vê-se ainda que as opções pelas profissões sejam as mais diversas, o que se revela como um aspecto interessante. No entanto, as profissões que almejam ingressar nem sempre correspondem às profissões às quais têm condições de ingressar. Assim, vê-se enquanto

algumas jovens já foram fazendo as escolhas considerando as condições reais de ingresso; outras expõem que ainda não dispõem de condições para a realização das expectativas e sonhos mencionados, como foi observado ao responderem à pergunta “Você dispõe de condições para realizar esse sonho”? Por quê?

A1 e A4: Sim, porque a área que estou estudando é uma área que já tem bastante profissional, porém é uma área que é sempre procurada, porque não exerce só em sala de aula, também em outros locais, então eu acredito que vou conseguir sim, além do mais estou quase me formando.

A2: Assim, se depender das condições dos meus pais digo que não, pois eles não tem o dinheiro suficiente pra pagar uma faculdade de Direito, (hahaha), tu sabe que é caro, mas se eu continuar como estou indo fazendo os meus cursos, me qualificando acredito que não vou demorar muito para mim arrumar um emprego e já começar minha faculdade. Sei que não é fácil, mas tenho esperança de sobra pra ir conquistando devagarzinho todos os meus objetivos.

A3: Não, no momento não. Mas irei correr atrás pra conseguir.

Dentre as perspectivas, vê-se ainda um forte anseio por autonomia que envolve diferentes dimensões da vida. Como bem destacam Carvalho *et. al.*,

As dificuldades encontradas pelos jovens de áreas rurais no que se refere ao acesso a terra provocam a falta de estímulo para a continuidade da vida no campo, visto existir uma busca pela independência financeira, através do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na unidade produtiva familiar com seus pais (CARVALHO, *et. al.*, 2009, p. 5).

Apesar das jovens inserirem em seus projetos o fortalecimento da família, durante as narrativas não foi mencionada a possibilidade de assumir os trabalhos no lote, visto que esta função na sucessão geracional está mais ligada à figura masculina, reproduzindo-se uma prática social que pouco valoriza a participação das mulheres no trabalho no campo, concebendo-a como incapaz de assumir essa função (SARTRE *et. al.*, 2013). Este aspecto também contribui fortemente para que as mulheres projetem suas expectativas de futuro em outras ocupações.

Em alguns casos os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho “colocar o roçado” e tentar obter algum lucro naquela terra. Quando o jovem assume responsabilidades dentro da unidade produtiva familiar, passa a visualizar e sentir as dificuldades que a atividade vinculada à agricultura tem encontrado ao longo dos anos, no que tange ao acesso ao crédito, assistência técnica, etc.

No que se refere às relações e tensões entre trabalho e juventude no campo precisam está pautada nas discussões das organizações sociais, no Assentamento 1º de Março a luta para

implementação do ensino médio partiu da iniciativa de cada família pela necessidade de que seus filhos concluíssem os estudos.

Molina (2006) argumenta que é necessário muito mais que isso para consolidação e garantia dos direitos sociais de cada indivíduo, nesta investigação verificam-se as relações estabelecidas pelos jovens entre o trabalho e a Educação do Campo.

Com isso, as concepções e perspectivas das jovens entrevistadas evidenciaram dilemas de “deixar para trás” sua vida levando em consideração fatores estruturais muitos jovens precisam tomar decisões importantes levando em consideração a necessidade de sua formação pessoal/profissional, ou ficar para ajudar nas atividades referentes à agricultura familiar. Outros tentam conciliar ambas as dimensões: permanecer no assentamento e trabalhar no núcleo urbano próximo, como foi observado na presente pesquisa, em especial devido proximidade entre o Assentamento e a cidade de Marabá. Reconhecemos que há especificidades dessa juventude que precisam ser mais bem compreendidas, o que não será possível fazer com o aprofundamento necessário nessa pesquisa. Assim, apontamos apenas alguns elementos iniciais.

4.4.6 O que você tem a dizer da juventude do assentamento?

A1: É uma juventude muito prejudicada, somos na verdade, **por falta de oportunidade mesmo, falta de programas dentro do assentamento, falta de estrutura.**

A2: É uma triste realidade né Fernanda, como tu mesmo vê **dentro da vila não temos oportunidade de nada**, o caso foi eu vim pra Marabá atrás de fazer esses cursos que são de projetos sociais, isso é uma boa opção se tivesse na vila, mas os políticos so querem saber de roubar o povo, não sei se tu viu a matéria onde ele tem ate uma data ai pra devolver uns bilhões para os cofres públicos, pois é por ai tu tira o tanto que roubam enquanto nós ficamos a mercê. Voltando ao assunto... é **aqui na vila não tem nada que envolva a juventude a não ser as igrejas e essa quadra que a gente gosta de jogar futsal, se tivéssemos apoio o tanto que seria bom. Até as quadrilhas que eram tradições aqui dentro não tem mais**, por falta de apoio, antigamente na gestão daquele prefeito [...] no tempo dele era bom, não era essas coisas, mas no tempo dele a gente tinha o apoio para panos das roupas de quadrilha, a escola tinha umas gincanas legais, quando era pra viajar para outro município como naquele tempo se eu não me engano tu que estava à frente, foi atrás de ajuda para irmos para aquele acampamento da curva do “S” era da juventude do MST. **Se tivesse algo para envolver os jovens era bom.** A gente olha ai dia de festa no sábado essas meninas novas bebendo, dançando aqueles funks depravado, isso é demais. Não sei como os pais deixam essas meninas na rua ate tarde. Daqui uns dias tão tudo grávida, os meninos usando droga, porque eles já fumam cigarro, pra fumar droga é daqui pra li.

A3: Nós enquanto jovens somos um tanto prejudicados, aqui dentro da 1º de março não tem coisas interessantes pra tirar os jovens do foco da criminalidade, dos vícios e da prostituição, aqui o máximo que temos é uma quadra, um campo de futebol e as igrejas, só isso, a maioria ficam o dia inteiro na rua fazendo coisas que não deve. Se tivesse algo para prender atenção deles seria ótimo, cursos para os jovens daqui seria muito bom, os que realmente querem alguma coisa, eles caçam melhorias, e vão atrás em marabá ou em são domingos, se tivesse outras empresas aqui dentro, pra pegar essa juventude e dar o primeiro emprego, acredito que seria de grande importância. A maioria se ocupa fazendo coisas erradas.

A4: Estrutura em relação a projetos voltados pros jovens porque aqui no assentamento não tem isso, só tem a escola, e a quadra, mas num tem nenhum programa, num tem uma biblioteca qualificada, não tem um local pra estudo diferente como a musica, pra interpretarem textos essas coisas que eu quero falar.

Percebe-se, certa frustração das jovens em relação à realidade no Assentamento 1º de Março devido à falta de trabalho, falta de opções de lazer, excesso no consumo bebidas, gravidez precoce, dentre outros aspectos sociais e econômicos que atingem diretamente as perspectivas para um futuro melhor.

Para Carneiro (2008), diante de tais situações os jovens começam a formular projetos de vida que incluem cada vez mais a saída da propriedade familiar, buscando novas oportunidades num “novo rural”, sendo que seu retorno ao rural antigo fica condicionado às alternativas que surgirem.

Nessas condições muitos jovens no Assentamento 1º de Março sentem a necessidade de concluir os estudos, conseqüentemente adquirir uma profissão com a expectativa de que sejam inseridos no mercado de trabalho.

Para Marinho (2016) o papel da juventude na construção da sociedade, afirmando o protagonismo desses sujeitos, sobretudo, como condição essencial para o processo de mudanças e transformação social de suas realidades. Essas migrações dos jovens não estão relacionadas apenas ao desinteresse dos alunos por seus estudos, mas por uma oportunidade de continuá-los.

É fundamental que a escola proporcione abertura ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que trilham. Desde suas experiências, sua identidade, culturas e valores, avançar e atualizar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as concepções de jovens do campo em relação ao trabalho e conclusão do ensino médio no Assentamento 1º de Março no município de São João do Araguaia- PA e suas possíveis implicações na permanência ou saída dos jovens no assentamento.

O estudo permitiu compreender a importância das concepções de trabalho e perspectivas de jovens que vivem no campo constituindo-se, assim o cotidiano de cada um deles no Assentamento 1º de Março, estudante, suas potencialidades, limites e desafios no referido assentamento, um elemento fundamental refere-se à formação dos jovens que estudam no campo.

Os jovens inseridos na pesquisa demonstraram gostar de morar no campo e, mesmo se formando profissionalmente em outras áreas querem continuar mantendo relações com o campo. Aproveitar esse sentimento de identidade e envolvimento com o campo, nesse momento da vida desses jovens, é fundamental para garantir a permanência deles no meio rural aliado a todos os benefícios associados a tal ação.

Às potencialidades da agricultura familiar desenvolvida no Assentamento 1º de Março com a participação de alguns jovens é relevante, pois desde cedo eles começam a perceber e valorizar suas origens fazendo relação entre o trabalho e sua profissionalização.

Verificamos que os seus pais não tiveram oportunidades e acesso à educação, sobretudo incentivam e acreditam que seus filhos possam alcançar um futuro melhor e ter uma profissão. Para a compreensão do trabalho no campo é necessário situá-lo no contexto do trabalho na sociedade atual. De modo que as contradições da sociedade mais ampla refletem nas relações sociais das famílias, como a desigualdade geracional e de gênero.

Analisando as concepções das jovens concluintes do ensino médio em relação ao trabalho, vê-se que a compreensão de trabalho que apresentam está relacionada com a vida no dia a dia, ao trabalho realizado por suas famílias. Sendo, portanto, o trabalho no campo que se relaciona com a terra nas plantações e criações voltadas à manutenção da família e geração de renda.

Vê-se ainda que o trabalho no campo apresentado pelas jovens é marcado por tensões, ora compreendido como trabalho pesado, ajuda, e apesar de envolver a participação das jovens não é considerado profissão a ser seguida por elas. As jovens demonstraram perspectivas em adquirir uma formação para a inserção em outros espaços de trabalho. Estas perspectivas buscam se relacionar de alguma forma para contribuir com a unidade produtiva familiar.

A pesquisa reforça a necessidade de elaboração de políticas públicas mais eficazes que garantam ao jovem acesso à saúde e educação de boa qualidade, melhor condições de trabalho

e formação no campo, além de infraestrutura para lazer e cultura. Essas ações poderão melhorar a qualidade de vida no campo, e conseqüentemente, aumentam as perspectivas dos jovens em permanecerem vivendo no campo.

As jovens demonstraram perspectivas em adquirir uma formação para a inserção em outros espaços de trabalho. Estas perspectivas buscam se relacionar de alguma forma para contribuir com a unidade produtiva familiar. Há necessidade de que se realizem mais estudos na área, principalmente com maior tempo para coleta de dados e inclusive amostras de suas perspectivas no que tange à permanência no meio rural e a relação da educação e o trabalho, a fim de subsidiar a implementação de políticas voltadas à realidade do campo.

A pesquisa reforça a necessidade de elaboração de políticas públicas mais eficazes que garantam ao jovem acesso à saúde e educação de boa qualidade, melhores condições de trabalho e formação no campo, além de infraestrutura para lazer e cultura. Essas ações poderão melhorar a qualidade de vida no campo, e conseqüentemente, aumentam as perspectivas dos jovens em permanecerem vivendo no campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P.; ALVES, M. **Educação do campo de jovens e adultos: avanços e desafios**. 2011.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: *Por uma educação básica no campo: Identidade e políticas públicas*. V. 4. Brasília, 2002, p.25-36

CALDART, I. B. P., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2011.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 2008. p. 95-117

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; JÚNIOR, J. P. S.; FERREIRA, M. T. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Congresso 47º SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

CASTRO, E.G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

CORADINI, L. **Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil** Mundo Agrário, vol. 16, núm. 33, 2015.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – Mato Grosso do Sul, 2011.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: Por uma educação básica no campo: **Identidade e políticas públicas.** V. 4. Brasília, 2011, p.89-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

FRIGOTTO, G. et. al. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia. CETEB, s.p.

FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** 2010. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar.

KOLLING, E.; NERY, I. MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo.** Brasília, n. 1, 2002.

LOPES, R. E. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 140-7, 2010.

MARINHO, D.L. **Rompendo cercas e construindo saberes: a juventude na construção da educação do campo no Sudeste do Pará / Dalcione Lima Marinho, prefácio Dr. Mário Medice Barbosa – Recife: Imprima, 2016. 317 p.**

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de análises do material qualitativo.** In: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2006. (Por uma educação do Campo 5).

- MORIN, E. **Cabeça bem feita**: representar/ reformar o pensamento. São Paulo: Cortez, 2002.
- REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. Vol. VI. Nº 12, p.111-151, jul/dez 2013.
- SARTRE, X. A. et al. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (Organizadoras). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói : Alternativa, 2013 [p. 107-128]
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, D.M. da. **Significados do PRONAF “A” para famílias beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 a 2002**. Dissertação. Universidade Federal do Pará, 2008.
- SPANVELLO, R. M.; VELA, H. A. Os fatores limitantes ao desenvolvimento dos jovens rurais pertencentes à agricultura familiar do município de Nova Palma/RS. **Revista de Pesquisa e Pós- Graduação** – Santo Ângelo, 2003.
- STROPASOLAS, V. L. Os “outros” no mundo rural. In: STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. (p. 147-169)